


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004003-10.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Fornecimento de Energia Elétrica**
 Requerente: **Leandro Henrique Quintino**
 Requerido: **Cpfl - Companhia Paulista de Força e Luz**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

LEANDRO HENRIQUE QUINTINO move ação declaratória de inexistência de dívida contra **CPFL – COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, pedindo a anulação dos Termos de Ocorrência de Irregularidade nºs 707697706, 710734001, 712548839, e do Termo de Confissão de Dívida nº 50000068408, assim como a condenação da ré na obrigação de abster-se de interromper o fornecimento de energia elétrica, sob os seguintes fundamentos (a) imprescindibilidade de a concessionária apurar a irregularidade por meio de perícia imparcial, não sendo suficiente a apuração unilateral efetuada por prepostos (b) coação implícita para o autor participar a confissão de dívida, ante a ameaça de interrupção no fornecimento de energia elétrica (c) direito do autor à inversão do *onus probandi*, cabendo à ré comprovar a irregularidade (d) ilegalidade na interrupção do fornecimento de energia elétrica por débitos pretéritos.

A ré foi citada e contestou (fls. 78/90), pedindo a improcedência, vez que o autor confessou a existência da dívida, o procedimento da concessionária foi legal e regular, as irregularidades nos três períodos (agosto/2010 a maio/2012; novembro/2012 a fevereiro/2013; dezembro/2012 a agosto/2013) estão comprovadas e consistiram, as três, no mesmo expediente de "ligação direta de uma fase sem passar pelo medidor", devidamente fotografado pelos funcionários da ré, e confirmadas pelas variações no histórico de consumo. O autor é responsável.

O autor ofereceu réplica (fls. 148/151) insistindo na ilegalidade do procedimento adotado pela ré.

Em apenso, o processo nº 1002833-03.2015.8.26.0566, no qual o requerente pede determinação à requerida de restabelecimento da energia elétrica à unidade consumidora, e no qual a liminar inaudita altera parte foi concedida, fls. 17/18.

É o relatório. Decido.

Julgo conjuntamente as ações cautelar e de conhecimento, e faço-o na forma do art. 330, I do CPC, vez que a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia.

A ação é parcialmente procedente.

A prova da irregularidade compete ao prestador, pois não se pode impor ao usuário a prova diabólica de fato negativo – de inexistência da irregularidade –, e deve-se exigir do prestador, que tem o poder de apurar e calcular unilateralmente o débito, a contrapartida de reunir provas da irregularidade, já que esta constitui, precisamente, a causa do débito.

Isto, inclusive, diante da hipossuficiência técnico-probatória do consumidor, usuário do serviço, cabendo a inversão do *onus probandi* prevista no art. 6º, VIII do CDC.

O Des. ANTONIO RIGOLIN, em voto vencedor proferido nos Embargos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Infringentes nº 964.853-1/2, salientou: “...uma vez exercido o direito de impugnação pelo usuário dos serviços, à fornecedora sobrevém o ônus de demonstrar a regularidade de sua atuação. Dela, concessionária, é o ônus de demonstrar o fato constitutivo do seu direito, cuja prova, evidentemente, não se esgota com a simples emissão do termo, realizada unilateralmente, sem observância do contraditório. Tratando-se de ação declaratória negativa, sobre a ré é que recai o ônus de demonstrar o fato positivo contrário, pois impossível se apresenta à autora, no caso, a realização da prova do fato negativo”.

No mesmo sentido, o TJSP: Ap. 9154845-90.2007.8.26.0000, Rel. Maria Lúcia Pizzotti, 20ª Câmara de Direito Privado, j. 12/05/2014; Ap. 0003196-35.2009.8.26.0075, Rel. Tasso Duarte de Melo, 12ª Câmara de Direito Privado, j. 21/08/2013.

As considerações acima são condição necessária para refletirmos sobre se há alguma abusividade nas regras da ANEEL relativas à realização da perícia técnica após a lavratura do termo de ocorrência de irregularidade (art. 129 da Res. 414; art. 72 da Res. 456), segundo as quais, ocorrendo indício de procedimento irregular, será lavrado o TOI e deverá a distribuidora/concessionária (a) adotar providências necessárias à "fiel caracterização" da irregularidade (b) obrigatoriamente promover a perícia técnica por terceiro – sem possibilidade de recusa – caso solicitada pelo consumidor (c) facultativamente promover a perícia técnica por terceiro, caso não solicitada por consumidor.

Com as vênias a entendimento diverso, não me parece que a regulamentação acima seja inconstitucional, ilegal ou abusiva, nem que fira direitos do consumidor.

Em primeiro lugar, assegura o direito do consumidor de solicitar a perícia, hipótese em que não poderá ser recusado o pedido.

Em segundo lugar, oferece à distribuidora/concessionária a faculdade de não solicitar a perícia se o consumidor deixar de requerer a providência, mas não deixa de obrigá-la a, mesmo sem a solicitação da perícia, "adotar as providências necessárias para sua fiel caracterização [da irregularidade]".

Em terceiro lugar, a faculdade de não solicitar perícia acarreta à fornecedora um risco, vez que, sendo seu o ônus de comprovar a irregularidade, poderá certamente ser prejudicada, no futuro, com a ausência da perícia, caso esta se revele necessária, ou seja, caso a prova colhida unilateralmente não seja hábil ao convencimento do julgador sobre a ocorrência do ilícito.

Os direitos do consumidor não ficam vulneráveis ou expostos pela não realização da perícia no cenário apresentado, já que arcará a fornecedora - e não o consumidor - com o risco de, em havendo litígio, suportar o ônus decorrente de não se convencer o julgador pela ocorrência ou inoccorrência da irregularidade.

Se não bastasse, também não é menos certo que, do ponto de vista cognitivo, nem sempre a perícia será necessária para, com segurança e idoneidade, apurar-se a irregularidade.

Há casos em que a irregularidade é praticada de modo singelo, fácil de ser notada, perceptível pelo leigo, e a exigência da perícia nesse caso é desproporcional, embora caiba à fornecedora acautelar-se no sentido de registrar a prova do fato¹.

Quanto ao caso específico, a ré desincumbiu-se de seu ônus.

Com efeito, duas circunstâncias, somadas à prova documental, concorrem para

¹ Acrescenta-se, porém, que não se pode presumir a má-fé, a fraude do funcionário da fornecedora, pelo simples fato de ser funcionário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que o juízo se convença, seguramente, pela ocorrência da irregularidade.

As circunstâncias são (a) a demonstração, pela ré, em contestação, das irregularidades, indicando como se deram (ligação direta de uma fase sem passar pelo medidor) e com a manifesta vantagem ao consumidor (queda extrema de consumo, com vários meses registrado nenhum consumo) (b) o absoluto silêncio do consumidor, na inicial e na réplica, sobre tais fatos, deixando apresentar qualquer explicação para a sua ocorrência.

A prova corresponde aos documentos que instruem a contestação, destacando-se as fotografias tiradas pelos funcionários da ré, nas quais se vê, com facilidade, a ligação direta que burlou a aferição do consumo.

Estão provadas, portanto, as irregularidades, de modo que o pedido declaratório de inexistência de débito deve ser rejeitado.

Todavia, deve-se acolher o pleito de não interrupção do fornecimento pelas dívidas apuradas a partir dos TOIs.

A interrupção é indevida. O corte no fornecimento de serviços públicos essenciais, com base em irregularidade no medidor de consumo, apurada unilateralmente pelo prestador, é inadmissível, devendo o prestador utilizar-se dos meios ordinários de cobrança (STJ: AgRg no AREsp 346561/PE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, 1ªT, j. 25/03/2014; AgRg no AREsp 412849/RJ, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, 2ªT, j. 03/12/2013; AgRg no AREsp 370812/PE, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ªT, j. 22/10/2013; AgRg no AREsp 368993/PE, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, 1ªT, j. 22/10/2013; AgRg no AREsp 358735/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, 1ªT, j. 08/10/2013; AgRg no AREsp 332891/PE, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 06/08/2013).

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente** as ações para, confirmada a liminar proferida na ação cautelar, tão somente condenar a requerida a abster-se de interromper o fornecimento da energia elétrica com base no inadimplemento da dívida apurada a partir dos Termos de Ocorrência de Irregularidade nºs 707697706, 710734001, 712548839, e confessada no Termo de Confissão de Dívida nº 50000068408, sob pena de *astreinte* de R\$ 500,00 por dia de não fornecimento.

A sucumbência foi parcial e igualmente proporcional, razão pela qual cada parte arcará com 50% das custas e despesas, observada a AJG do autor, e os honorários compensam-se integralmente.

P.R.I.

São Carlos, 25 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**